

CENTENÁRIO DA I REPÚBLICA

CONTRIBUTO SOBRE O PAPEL DO MOVIMENTO OPERÁRIO NA I REPÚBLICA

25 /11 /2009

O papel e a intervenção do Movimento Sindical Português

1 - A 5 de Outubro de 2010, comemora-se o primeiro centenário da implantação da República.

Tratando-se de um acontecimento de maior relevância na história do nosso país, esta efeméride constitui uma oportunidade para uma análise mais profunda das transformações institucionais, políticas e sociais nos 16 anos que medeiam entre 5 de Outubro de 1910 e o golpe militar de 28 de Maio de 1926 que, impondo a Ditadura Militar, abriu caminho à instauração do fascismo em Portugal.

2 - Comparativamente com os países da Europa Ocidental, as organizações de classe dos trabalhadores constituem-se, em Portugal, com alguns anos de atraso.

Tal se deve, em grande medida, ao nosso baixo nível de desenvolvimento industrial – não obstante as reformas do Conde de Ericeira, no século XVII e do Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII - e à elevada dependência económica e financeira - mas também militar e política - face à Inglaterra, consubstanciada nas condições impostas a Portugal pelo Tratado de Meetwen, assinado em 1702, ou o consulado de Beresford que governou Portugal entre 1812 e 1820.

A constante instabilidade política provocada pelos absolutistas - encabeçados por D. Miguel após a Revolução Liberal de 1820 - e a guerra civil por estes desencadeada entre 1828 e 1834, foram factores que inviabilizaram a hipótese de constituir, a exemplo de outros países da Europa, movimentos ou organizações de defesa e promoção dos interesses e direitos dos trabalhadores.

Só após a Revolução de Setembro de 1836, com a restauração da Carta Constitucional e o novo quadro legislativo produzido por Mouzinho da Silveira, estavam criadas as condições para o surgimento das organizações das classes trabalhadoras, embrião dos futuros sindicatos.

3 - A partir de 1838, foram criadas, entre outras, a Sociedade dos Artistas Lisbonenses, as Associações dos Operários, dos Alfaiates e, em 1852 o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas.

Este Centro desempenhou um papel importante na defesa dos interesses dos trabalhadores de todo o país, dispunha de um jornal, promovia acções de formação escolar e profissional dos seus associados e apoiava e estimulava a criação de associações sócio - profissionais.

Nesta fase as associações de classe eram, no essencial, instituições de carácter mutualista – socorros mútuos - e cooperativistas.

Mas eram os trabalhadores portugueses a darem os primeiros passos na longa e difícil caminhada para a sua organização e luta, ou seja, para a sua emancipação, como classe social.

A política de desenvolvimento industrial promovida pelo Ministro Fontes Pereira de Melo, nos anos 50 e a abertura de novas e inovadoras vias de comunicação – caminhos de ferro, estradas, barcos a vapor – levaram a um significativo aumento numérico da classe operária, que, gradualmente foi adquirindo consciência do seu papel na sociedade.

A criação, em 1872, da Fraternidade Operária por José Fontana e Azedo Gneco e, no ano seguinte, da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, secção da Associação Internacional dos Trabalhadores, com sedes em Lisboa e no Porto, correspondiam já a um desenvolvimento significativo da organização dos trabalhadores e da superação de uma etapa em que esta se limitava à actividade de âmbito nacional.

As influências do debate ideológico travado, em torno do Manifesto Comunista, de Marx e Engels e, aquando da criação do Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864, ou a Comuna de Paris, em 1870, chegavam, enfim, a Portugal.

Mas o desenvolvimento da organização era, sobretudo, o resultado de uma maior consciência política, social e de classe dos trabalhadores, forjada em inúmeras lutas a nível de empresa e na sociedade.

Outras etapas se seguiram: a criação do Partido Socialista Português em 1875, que três anos depois, viria a adoptar o nome de Partido dos Trabalhadores Socialistas; a realização, em 1885, do primeiro Congresso das Associações de Classe; a promulgação da primeira lei do trabalho em Portugal - a dos Árbitros Avindores – e o reconhecimento de personalidade jurídica às Associações de Classe em 1891.

Portugal é dos primeiros países da Europa em que o 1º de Maio passou a ser reconhecido, pelos trabalhadores, como o seu Dia. Tendo, em 1890, sido comemorado em Lisboa, Porto, Coimbra, Silves, Tomar e muitas outras localidades.

No entanto continuávamos a ser um dos países mais atrasados da Europa.

A ausência de resposta, pelos governos monárquicos, aos múltiplos problemas económicos, financeiros e sociais; o fracasso do sistema eleitoral caciquista e rotativo dos Partidos Regenerador e Progressista; a humilhação nacional que foi a aceitação, pelo Governo e pelo Rei, do Ultimatum inglês, em 1890, abriram o caminho para uma maior e mais eficaz divulgação dos ideais republicanos.

Se é certo que os líderes do Partido Republicano, provinham na, sua maioria, das classes sociais ditas elevadas, as propostas do partido, enquanto tal, eram, sem dúvida, atractivas para as classes trabalhadoras.

“ direito ao voto universal e sem exclusões; total liberdade de pensamento; celeridade na aplicação da justiça; protecção aos órfãos, doentes e inválidos; liberdade de associação para todas as classes e especialmente para as que vivem do seu salário; fim das regalias dos morgadios e dos donos das terras” eram alguns dos projectos propostos por Henriques Nogueira para um programa republicano.

As lutas dos trabalhadores, tendo como objectivo a melhoria dos salários e das condições de vida, a redução da jornada de trabalho, o direito ao descanso semanal obrigatório, a igualdade entre homens e mulheres, que se traduziam em inúmeras greves e manifestações, frequentemente reprimidas com violência física, assumiam face à situação vigente, também um carácter político, não só contra os governos mas contra o próprio regime monárquico.

Acresce-se que muitos trabalhadores participavam nas actividades de sociedades secretas como a Carbonária e a Maçonaria, que desempenhavam um papel de destaque na divulgação dos ideais republicanos.

A ditadura de João Franco, apoiada por D. Carlos I, contribui decisivamente para criar as condições que levaram ao regicídio em 1 de Fevereiro de 1908.

D. Manuel II, demitindo João Franco, procura apaziguar os ânimos na sociedade Portuguesa.

Era tarde!

O Partido Republicano estava numa fase ascendente e a eleição, em 1908, de Eusébio Leão para presidente da Câmara de Lisboa, surge como um indicador de que a implantação da República correspondia às aspirações da maioria dos portugueses.

Aliás evidente no apoio popular à Revolução de 5 de Outubro.

Quanto ao movimento operário e sindical, é justo afirmar que, no início do século XX, os trabalhadores portugueses haviam construído e consolidado uma organização experimentada nas lutas a nível de empresas e sectores, capaz de lutar pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, de desenvolver acções de solidariedade e intervir na vida política e social do país.

A influência dos princípios do sindicalismo revolucionário e, nomeadamente, os preconizados pela Carta de Amiens, aprovados no Congresso da CGT de França, realizado nesta cidade em 1906, era patente no sindicalismo português.

De acordo com César de Oliveira, a criação, em 1908, do primeiro jornal diário operário “A Greve”, esta influência e a aliança entre os anarquistas e os sindicalistas revolucionários, vai contribuir para “ o desaparecimento da actividade do Partido Socialista junto dos trabalhadores e produziu, após a implantação de República, um espantoso surto da imprensa operária”

Em 1909, tem início o Congresso Sindical e Cooperativo, sendo clara a existência de duas correntes sindicais: a reformista, liderada por Azedo Gneco e José Agostinho da Silva e a revolucionária liderada por Carlos Rates e Alexandre Vieira.

A primeira propunha um modelo sindical reformista vinculado ao Partido Socialista Português, ainda que este estivesse profundamente debilitado pela passagem para o Partido Republicano de muitos dos seus militantes.

O segundo, como referimos, partidário de um sindicalismo revolucionário e autónomo, de influência anarquista, tendo como referência os princípios expressos na Carta de Amiens.

Este Congresso não foi conclusivo tendo a Comissão Promotora decidido adiar a 2ª sessão para 1910, que, face à implantação da República, só se virá a concretizar em 1911.

Justo é, pois, reconhecer que, aquando da implantação da República, havia em Portugal um movimento operário organizado e combativo.

O elevado número de greves e outras formas de luta desenvolvidas nos últimos anos da Monarquia e durante a República aí estão para o atestar.

Na ausência de um partido revolucionário capaz de dirigir e enquadrar as lutas dos trabalhadores, é o sindicalismo revolucionário de influência anarquista, que assume esse papel

3 – A implantação da República

Sendo verdade que o programa do Partido Republicano, propunha importantes transformações económicas, sociais e políticas com vistas a resolver os graves problemas deixados pelos últimos governos monárquicos, a realidade, após a sua ascensão ao poder, revelou-se bem diferente.

Ainda que a base social de apoio aos ideais republicanos fosse constituída por largos sectores da sociedade, desde grandes proprietários - rurais e comerciantes - intelectuais, profissões liberais sectores da pequena burguesia e trabalhadores, os principais dirigentes do Partido Republicano – José Relvas, António José de Almeida, Brito Camacho, Afonso Costa, entre outros – eram, na sua maioria, oriundos da grande burguesia cujos interesses não coincidiam, bem pelo contrário, com os da classe operária, dos artesãos ou, mesmo, dos pequenos proprietários.

Face ao descalabro da situação e ao desprestígio dos dirigentes dos partidos monárquicos, as expectativas criadas pela mudança do regime eram, naturalmente, grandes.

Tanto maiores quanto o empenho e envolvimento na luta pela República.

De entre estes, como já atrás referimos, as classes trabalhadoras, organizadas nos sindicatos, pelos combates que travaram contra o patronato e os governos, aceleraram o fim da monarquia

Mas não se poderá dizer que a República, ou, melhor, os seus dirigentes tenham sido generosos no reconhecimento deste apoio.

Um pequeno parêntesis, para algumas notas sobre a sociedade portuguesa da época

A população residente, censo de 1911, cifrava-se em, cerca de, 6 milhões de pessoas e sendo Portugal um país essencialmente rural, menos de 20 % desta vivia em zonas urbanas.

Em termos de emprego, a agricultura era a actividade predominante.

A indústria, ainda que com unidades de uma dimensão significativa, mais de 500 operários, no sector têxtil ou metalurgia, era constituída, no essencial, por pequenas e médias empresas ou, no caso dos tabacos, por um monopólio do Estado; a estes acrescenta-se o sector dos transportes - ferroviário, urbano e marítimo – o comércio, a pesca e o funcionalismo público.

A indústria ocupava 21% da força de trabalho, mas a classe operária, essa, não iria além de 15% de assalariados, os restantes eram artesãos ou trabalhadores por conta própria.

Como atrás referi, a implantação da República, ocorre no quadro de uma crescente mobilização e lutas dos trabalhadores. Nos meses que antecederam a revolução do 5 de Outubro realizaram-se inúmeras greves por melhores condições de trabalho e por aumentos salariais.

As expectativas de uma mudança de regime eram, também, um factor estimulante para esta dinâmica de confronto social.

Sem querer cair no determinismo histórico, coisa em que não acredito, a Revolução do 5 de Outubro – a implantação da República – resulta da conjugação favorável de três factores, essenciais em qualquer revolução: As existência de condições objectivas, subjectivas e as contradições do regime.

Nenhum regime cai por si só! Mas a monarquia em Portugal não necessitou de um grande abanão para cair.

O Directório do Partido Republicano, reunido a 2 de Outubro decidiu que a revolução teria lugar a 4 deste mês.

O plano de ocupação das unidades militares de Lisboa foi descoberto e, grande parte destas não aderiu. Foi a Marinha que teve um papel determinante ao bombardear o Palácio das Necessidades, onde residia o rei, obrigando-o a partir para a Ericeira, de onde embarcou com a mãe e a avó para o exílio em Inglaterra.

A determinação das tropas comandadas por Machado dos Santos que, com o apoio popular, ocuparam a Rotunda fazendo frente às tropas fiéis à monarquia comandadas por Paiva Couceiro, estacionadas no Rossio.

O papel das massas populares, que, tal como no 25 de Abril, vieram para a rua e ocuparam a Avenida da Liberdade foi determinante para o desfecho da Revolução.

Outro dado interessante, significativo do apoio popular aos ideais republicanos, é o facto de na Moita e em Loures a República ter sido proclamada no dia 4 de Outubro.

No resto do país, a adesão foi-se dando com a chegada das notícias. Mesmo a nível internacional, o novo regime teve um reconhecimento que se pode considerar rápido. Mesmo tendo em conta que repúblicas na Europa, só em França e na Suíça.

Constituído o Governo Provisório, presidido por Teófilo Braga, intelectual de prestígio.

Foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte que teve lugar em 28 de Maio de 1911.

O Governo Provisório, tomou medidas para laicizar o Estado, expulsou os Jesuítas, nacionalizou os bens da Igreja, promulgou uma lei do divórcio, reorganizou o Exército, criou a Guarda Nacional Republicana, tendo posteriormente criado uma nova moeda, o escudo, e, naturalmente adoptado novos símbolos do Regime: bandeira e hino.

Mas as promessas de mudar o sistema eleitoral, de atribuir o direito ao voto às mulheres ou aos analfabetos, de proceder a reformas de fundo nas áreas sociais, essas ficaram por cumprir.

Quanto às relações com o movimento operário – objectivo deste debate - as primeiras decisões do Governo Provisório – 1910 e 1911 – poderão ser entendidas como uma “declaração de guerra” aos trabalhadores.

A dita Lei da Greve, da autoria do Ministro do Fomento, Brito Camacho, promulgada a 6 de Dezembro de 1910, reconhecendo o direito à greve e ao lock-out, mais não era que um presente envenenado oferecido aos trabalhadores, já que permitia aos patrões encerrarem as empresas quando esses entravam em luta, e assegurava a protecção aos fura greves e servia de pretexto para intervenções armadas nas empresas a pedido dos patrões. Tendo passado à história como lei anti-greve, mereceu dos trabalhadores o mais vivo repúdio.

Mas a luta destes, por melhores condições de vida e exigindo dos governos da República o cumprimento das suas promessas, essa continuava!

A cronologia breve e incompleta das lutas operárias, que a partir de agora, vou passar a referir, podem ser um instrumento de reflexão, para que cada um dos camaradas, ou os colectivos partidários, utilizem nas actividades que venham a desenvolver relacionadas com o Centenário da Republica, ou outras, claro!

1910

13 de Novembro – Comício dos caixeiros de Lisboa exigindo o descanso ao Domingo e o máximo de 12 horas de trabalho diário.

13 de Novembro – Greve dos trabalhadores da Carris, por melhores salários e pela redução do horário de trabalho.

15 de Novembro - Greve dos ferroviários da Linha da Pova.

24 de Novembro – Greve dos ferroviários da Linha de Minho e Douro.

25 de Novembro – Greve dos trabalhadores da Companhia de Gás e Electricidade de Lisboa.

1 de Dezembro – Greve dos trabalhadores da Companhia de Gás e Electricidade do Porto

1911

1 de Janeiro – Criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Évora.

7 de Janeiro - Greve geral dos ferroviários, por melhores salários, violentamente reprimida.

10 de Janeiro – Decretado o descanso semanal obrigatório ao Domingo para todos os trabalhadores assalariados.

13 de Março - Greve das operárias conserveiras de Setúbal. O Governo envia a recém-criada Guarda Nacional Republicana. Duas operárias serão assassinadas.

Neste ano realizam-se diversas greves dos trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo.

A reivindicação de uma reforma agrária que pusesse termo às relações quase feudais nos latifúndios, nestas duas províncias, com origem na Idade Média e continuadas pelo liberalismo no século XIX, ganha nova actualidade.

Em Maio, realiza-se a segunda sessão do Congresso Sindical e Cooperativista iniciado em 1909. que reforçou a influência da corrente sindicalista revolucionária.

8 de Setembro – Greve dos trabalhadores fragateiros com intervenção da polícia para apoiar os fura-greves.

19 de Dezembro – Greve dos padeiros de Lisboa.

1912

25 de Abril - Realiza-se, em Évora, o primeiro congresso dos trabalhadores rurais que decide convocar uma greve contra a violação, pelos patrões, da tabela de salários acordada.

Esta greve teve a solidariedade generalizada das organizações sindicais de todo o país que sofreram a mais violenta repressão até então ocorrida desde o 5 de Outubro.

Em Lisboa, foi encerrada a Casa Sindical e mais de 700 trabalhadores, entre os quais a maioria dos seus dirigentes, foram presos num barco de guerra e enviados para o Forte de Sacavém.

No Porto, e por todo o país, realizaram-se manifestações de protesto e solidariedade para com os trabalhadores em luta.

29 de Maio – Greve na Carris que se manteve até 24 de Junho.

1913

A Lei nº 83, de 27 de Julho, estabelece o direito de protecção, assistência clínica, medicamentosa e indemnização para os trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho. Limitando-o, no entanto, a um número muito restrito de sectores profissionais e fabris.

As Associações de Classe de Lisboa e da Província, através de uma exposição, protestam veementemente contra a lei que impunha aos trabalhadores o pagamento da contribuição industrial e exigem a sua revogação.

25 de Maio – Greve dos soldadores em Olhão.

15 de Junho – A pretexto de um atentado cometido no dia 10 de Junho, o governo manda encerrar a Casa Sindical de Lisboa.

1914

Cai o Governo de Afonso Costa conhecido por “racha sindicalistas”.

O Movimento grevista, por melhores salários alarga-se a distintos sectores: ferroviário, moagens, metalurgia.

14 de Janeiro – Greve de 7000 ferroviários reivindicando melhores condições para os reformados, que se manteve até ao dia 24.

De 15 a 17 de Março realiza-se em Tomar o Congresso Operário, no qual se constituiu a primeira central sindical portuguesa: a União Operária Nacional.

28 de Março – Greve dos trabalhadores Fluviais.

I Grande Guerra 1914 - 1918

A U.O.N. declara-se frontalmente contra a intervenção de Portugal na guerra, que caracterizava e, bem, de imperialista, no que era secundado pelas Juventudes Sindicalistas e Libertária.

O Partido Socialista, ou melhor, a sua Direcção, alinha com as teses dos partidos republicanos defensores do envolvimento do nosso país no conflito. No entanto, dentro do PSP, havia uma significativa corrente anti-belicista que se organizava em torno do jornal “O Povo”.

Também, no Exército, a participação de Portugal na Guerra é abertamente contestada, tanto pelos militares mais progressistas, como pela direita germanófila.

A guerra, mesmo antes da intervenção do nosso país, teve como consequência uma falta generalizada de bens alimentares, provocada pelo açambarcamento e pela dificuldade em os adquirir no estrangeiro.

O poder aquisitivo dos salários, sobretudo nos sectores industriais, sofre uma queda significativa.

Quem beneficiou, e muito, com a guerra, foi a burguesia financeira.

A sua actividade incrementa-se com a abertura de novos bancos e companhias de seguros, com elevados lucros.

1915

1 de Fevereiro – Trabalhadores desempregados ocupam o Ministério do Fomento.

1916

A pretexto de uma vaga de assaltos a diversos estabelecimentos, o Governo desencadeia uma violenta acção contra os Sindicatos.

A U.O.N. é invadida pelas forças policiais, assim como as Federações dos Sindicatos Metalúrgicos, da Construção Civil e a União dos Sindicatos de Lisboa.

A criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, em 16 de Março, visa mais enquadrar e reprimir a crescente luta dos trabalhadores do que procura dar resposta aos seus problemas.

1917

Conferência Nacional Operária em Lisboa e Porto.

Este foi um ano de importantes lutas operárias: greve dos trabalhadores da construção civil – Julho – violentamente reprimida, com mais de 700 activistas presos, mas que levou a uma enorme onda de solidariedade em todo o país.

Perante a dimensão deste movimento, o governo presidido por Afonso Costa, cede. Os presos foram libertados e as negociações conduziram a um aumento dos salários de 50%.

Mas não foram só os trabalhadores da construção civil a lutar. Também os da Companhia da Águas, mineiros de S. Pedro da Cova, empregados dos Correios, entre muitos outros, o fizeram, obtendo vitórias significativas nas suas reivindicações, caso da Companhia das Águas.

5 de Outubro – Um decreto governamental atribui aos funcionários públicos um complemento extraordinário de salário devido ao aumento do custo de vida.

Ditadura de Sidónio Pais – A 5 de Dezembro de 1917, o major Sidónio Pais, apoiado por diversas unidades militares de Lisboa, desencadeia um golpe militar que dissolve o Parlamento, destitui o Presidente da República e exila, ou manda prender, os principais chefes dos partidos republicanos: Bernardino Machado, Afonso Costa, Norton de Matos, criando uma Junta “Revolucionária” que procede a uma revisão geral da Constituição e institui um Regime Presidencialista.

A União Operária Nacional, fortemente hostilizada e reprimida pelos governos dos partidos republicanos, apoiou activamente o golpe que levou Sidónio ao poder, pois acreditava que um regime forte resolveria os problemas dos trabalhadores, em geral, e procederia a uma reforma agrária, questão desde há muito no centro das lutas do proletariado agrícola alentejano e ribatejano.

O apoio do Movimento Operário ao governo de Sidónio Pais foi sol de pouca dura. Cedo as ilusões se perderam e o apoio se esfumou.

Sidónio Pais representava os interesses das classes mais reaccionárias do Portugal de então e as bases da sua política, e da estrutura de poder, foram a primeira tentativa de criar um regime que, poucos anos depois, passou a designar-se por fascismo.

O movimento grevista prosseguiu por todo o país.

Ocupações de terras no Vale de Santiago – Odemira – reprimidas pelo Exército enviado por Sidónio Pais. 30 dos implicados nas ocupações de terras foram degredados para África.

14 de Setembro – Proibidos os comícios contra a carestia de vida convocados pela União Operária Nacional.

A U.O.N. convoca uma Greve Geral contra a carestia de vida e a participação de Portugal na Guerra, para 18 de Novembro.

Esta teve uma adesão muito aquém do que seria de esperar.

As difíceis condições de vida; a declaração do armistício; o surto epidémico, conhecido por pneumónica, que matou milhares de pessoas, assim como a prisão “preventiva” de mais de 300 sindicalistas e membros dos piquetes de greve, de Lisboa e da Margem Sul, foram, entre outros, factores que contribuíram para que esta não tivesse a adesão desejada.

No entanto muitos trabalhadores continuaram em luta.

A repressão, as ameaças e os despedimentos não se fazem esperar.

No dia 21 a sede da U.O.N. é assaltada por um grupo de civis armados, perante a passividade da polícia e das autoridades.

No dia 22, em Portimão, o Exército, chamado pela GNR, faz 4 mortos entre os trabalhadores que tentavam impedir os “amarelos” de furar a greve.

Os ferroviários das linhas do Sul e do Sudeste resistem até ao dia 25.

A 14 de Dezembro de 1918, Sidónio Pais é assassinado, na estação do Rossio, em Lisboa, por um trabalhador do Vale de Santiago.

1919

Apesar do fracasso da Greve Geral e da repressão que se lhe seguiu, a partir de Março, assiste-se a um movimento reivindicativo, sem paralelo desde 1911.

Os trabalhadores alcançam importantes conquistas económicas e sociais.

O poder de compra dos salários recupera o nível de 1914.

É instituído o seguro obrigatório.

É publicada a lei das 48 horas semanais para os trabalhadores da indústria e do comércio.

O Primeiro de Maio de 1919 é o maior realizado em Portugal, com a participação de mais de 30.000 pessoas, só em Lisboa

Como refere António José Telmo, autor do livro “O Sidonismo e o Movimento Operário Português”: a burguesia pagava, a arreganha dentes, mas pagava, o preço da aliança com o proletariado para a queda do sidonismo.

No entanto estas conquistas beneficiam, e muito, da situação internacional, nomeadamente da Revolução de Outubro, na Rússia, e da consequente tomada do poder pelo proletariado deste País.

Nos discursos dos deputados conservadores e nos textos publicados na imprensa, as referencias ao “perigo bolchevique” são uma constante.

Greves dos trabalhadores da Companhia das Águas, da Carris e dos alfaiates.

O governo manda prender, a 3 de Maio, os trabalhadores da Companhia das Águas.

Greve dos ferroviários em Agosto.

Em Coimbra, a 15 de Setembro, realiza-se o II Congresso da U.O.N. no qual foi decidida a criação da Confederação Geral do Trabalho – CGT.

A corrente anarco-sindicalista mantém-se maioritária nos órgãos da nova Central.

Este Congresso e as deliberações nele assumidas correspondem a um significativo reforço de organização do Movimento Sindical, desenvolvido nos meses que o precederam e em que foram criadas novas Federações e Sindicatos, entre os quais a Associação de Classe dos Empregados do Estado, e realizados inúmeros congressos sectoriais e regionais.

Criação da Federação Maximalista Portuguesa em apoio à Revolução de Outubro, na Rússia.

1920

Onda generalizada de greves em Fevereiro e Março: ferroviários, metalúrgicos, trabalhadores dos Correios e Telégrafos, funcionários públicos, construção civil e muitos outros sectores de actividade.

As reivindicações dos ferroviários são satisfeitas.

As sedes da CGT e do Sindicato dos Metalúrgicos são encerradas.

10 de Abril - Greve de braços caídos dos operários do Arsenal. Inicia-se uma nova forma de luta em que os operários, não abandonando o local de trabalho, paralisam a produção.

11 de Maio – Criado o Tribunal de Defesa Social.

23 de Maio – Nova greve na Carris que terminaria a 31 com a satisfação das reivindicações dos trabalhadores.

11 de Setembro – Greve dos trabalhadores da Marinha Mercante.

Junho - Greves da fome em todo o país.

Setembro - Greve dos ferroviários a que seguiu a mobilização, pelo Governo, de todos os meios de transporte.

1921

6 de Março - Constituição do Partido Comunista Português.

18 de Janeiro – Greve dos trabalhadores dos jornais de Lisboa que só terminou quatro meses depois.

18 de Abril – Greve geral na Universidade de Coimbra.

13 de Maio – Greve dos trabalhadores dos hotéis e restaurantes de Lisboa.

17 de Junho - Lock-out dos comerciantes de Lisboa a pretexto das greves da Carris.

1922

6 de Fevereiro, greve dos mineiros de Aljustrel.

Greves dos trabalhadores da Carris e das conservas em Setúbal que servem de pretexto para se concentrarem, na periferia de Lisboa, tropas vindas da província.

A 9 de Março o governo ordena o encerramento do Sindicato dos Trabalhadores da Carris.

A 7 de Agosto realiza-se uma greve geral contra a carestia de vida.

É declarado o estado de sítio em Lisboa e concelhos limítrofes durante 15 dias.

A polícia invade o Sindicato Único dos Metalúrgicos e encerra a sede da C.G.T.

Com início a 30 de Setembro e durante três dias, realiza-se, na Covilhã, o III Congresso Nacional Operário, II da Confederação Geral do Trabalho.

Apesar de se ter decidido pela não filiação internacional, a pressão dos anarquistas nesse sentido era muito forte.

Duas correntes em confronto: os partidários da Internacional Sindical Vermelha – predominantemente comunistas – e os anarquistas organizados na IV Internacional e acérrimos inimigos da Revolução Russa.

1923

Abril - Greve dos operários do calçado do Porto e dos operários têxteis da Covilhã.

5 de Abril - Referendo da CGT sobre a adesão à Associação Internacional dos Trabalhadores – anarquista. Os resultados, divulgados em 28 de Setembro, deram uma clara maioria aos partidários da filiação: 107 sindicatos a favor, 6 contra e 5 abstenções.

29 de Junho – o Jornal “ A Batalha “ alerta para o perigo de um golpe fascista.

3 de Agosto – Manifestação, em Lisboa contra a lei do inquilinato, apoiada pela CGT.

16 de Agosto – O governo decreta o aumento do preço do pão em 50% o que provoca um descontentamento generalizado entre os trabalhadores .

24 de Agosto – Greve dos mineiros de S. Pedro da Cova, efectuadas várias prisões e encerrada a sede do sindicato.

1924

20 de Março – Greve dos funcionários públicos em Lisboa

20 de Abril – Paralisação dos trabalhadores dos Correios e Telégrafos.

15 de Maio – Greve dos trabalhadores dos transportes do Porto. A cidade foi cercada por forças militares.

28 de Outubro – Greve Geral em Guimarães contra o aumento do custo de vida.

1 de Dezembro, a Confederação Geral do Trabalho é oficialmente reconhecida.

Publicada a lei sobre contratação colectiva de trabalho.

A direita ganha, cada vez mais posições no aparelho do Estado, inclusive no Parlamento e nas Forças Armadas.

1925

O Governo da Esquerda Democrática de José Domingos dos Santos “Considerando que o povo tem sido explorado pelo alto comércio e pela alta finança e que importa pôr o Governo da República ao lado dos explorados contra os exploradores” propõe importantes reformas relativas à questão da terra e do ensino, mas estas são recusadas pelo Parlamento.

O Primeiro de Maio, convocado pela CGT, realiza-se em cerca de 20 localidades de todo o país.

A divisão na CGT, consuma-se em Setembro, no Congresso de Santarém. A adesão desta à Associação Internacional dos Trabalhadores – Anarquista – constitui um rude golpe na unidade sindical, iniciada nos finais do século XIX e reforçada no Congresso de Tomar em 1914.

1926

O Golpe militar de 28 de Maio, encabeçado por Gomes da Costa, Óscar Carmona e Mendes Cabeçadas dá início à Ditadura Militar que iria preparar a implantação do fascismo

NOTAS FINAIS

No deve e haver, de um atribulado percurso da História do nosso país, os trabalhadores não só ajudaram a implantar a República, como a defenderam de armas na mão, aquando das incursões monárquicas, ou dos frequentes golpes palacianos, que a pretendiam derrubar.

Foram os mais abnegados na defesa dos ideais proclamados pelo Partido Republicano Português, durante a Monarquia, e foram, sobretudo, os mais consequentes defensores dos ideais de homens como Henriques Nogueira.

Se os chefes políticos dos Partidos da República tivessem, a devido tempo, sabido ou querido, ganhar para a causa, o baluarte organizado que constituía o Movimento Operário, talvez tivesse havido condições para impedir a ascensão do fascismo em Portugal.

Carlos Carvalho
21 / 11 / 2009

Nota: Este trabalho integra, em parte, um outro, por mim elaborado, para uma iniciativa anterior do nosso Partido.

As obras a que recorri, foram muitas e diversas, onde nem sempre as datas coincidem, mas esta é uma questão que só poderia resolver com consulta a fontes, nem sempre disponíveis, que obrigam a uma disponibilidade de tempo que de todo não tenho.

Ainda assim refiro alguma da bibliografia a que recorri.

Bibliografia

História de Portugal Em Datas, coordenação de António Simões Rodrigues.

O Século XX Português – Texto Editora

Francisco Canais Rocha -Tese de Licenciatura em História.

Bento Gonçalves – Palavras Necessárias

Victor de Sá – Liberais & republicanos

António José Telo – O sidonismo e o Movimento Operário Português

Francisco Canais Rocha e Rosalina Labaredas – Os trabalhadores rurais do Alentejo e o Sidonismo.

Alexandre Vieira – Para a História do Sindicalismo em Portugal

Alberto Pedroso e António Ventura:- Alexandre Vieira, 30 anos do sindicalismo português.

José Pacheco Pereira – As lutas operárias contra a carestia de vida, a greve geral de 1918.

Beatriz Ruivo e Eugénio Leitão – O sindicalismo do Funcionalismo na Primeira República.

Armando de Castro – Ensaio de História Económica e Social.

César de Oliveira – O Operariado e a Primeira República

Oliveira Marques – História de Portugal

Eurico C. E. Lage Cardoso – Primeira República, em datas e ilustrada